



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1011965-50.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Rafaela Santamarina da Silva, CPF 384.150.518-08 - Advogado Dr Julio Cesar de Souza**
 Requerido: **Banco Psa Finance Brasil S/A, CNPJ 03.502.961/0001-92 - Advogada Drª Aneliza De Chico Machado e preposta Srª Daniela Cristina Albertini Correia**

Aos 29 de março de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seus advogados. Presentes também a(s) testemunha(s) da autora, Srª Fernanda e Edson. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Segundo o art. 42 do CDC, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento. Já o art. 6º, VI do CDC, por sua vez, estabelece como direito básico do consumidor a efetiva reparação de danos, inclusive morais. No presente caso, a autora comprovou, com os documentos que instruíram a inicial, que sequer estava inadimplente, de modo que a cobrança já era, por si só, indevida. Sabe-se que a simples cobrança indevida, se não houver negativação, não basta para ensejar danos morais. Todavia, no presente caso, as testemunhas ouvidas na presente data comprovaram que o modo pelo qual deram-se as cobranças, via telefone fixo do local de trabalho da autora, foi manifestamente excessivo. Com efeito, os prepostos da instituição financeira ré, além de ligarem insistentemente para a agência bancária em que trabalha a autora, ainda a expunham a ridículo informando aos seus colegas de trabalho que a ligação era referente a débito de uma parcela de empréstimo. Temos, portanto, que a cobrança de uma dívida inexistente por um meio abusivo e vexatório, expondo a imagem da autora a terceiros, efetivamente causa abalo moral, suscetível de ensejar indenização pecuniária, como lenitivo de função compensatória. Segundo parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade e levando em conta os valores usualmente adotados pela jurisprudência, admitindo que as ligações se deram por um intervalo de 15 dias, foram praticamente diárias e mais de uma ao dia, como narrado pela primeira testemunha ouvida nesta data, a indenização deverá ser arbitrada em R\$ 10.000,00. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 10.000,00**, com correção monetária a partir da presente data, e juros moratórios legais desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE**”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Requerente:

Adv. Requerente: Julio Cesar de Souza

Requerido:

Adv. Requerido: Aneliza De Chico Machado

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA